



Proposta de medidas a implementar

REGADIO

A FENAREG enaltece o esforço do Ministério da Agricultura, das Organizações de Agricultores e dos nossos valiosos agricultores na resposta à situação excecional motivada pela pandemia covid-19. Paralelamente a esta situação, o sector é ainda afetado pela seca que temos vindo a atravessar e que, em algumas regiões, persiste há mais de 5 anos. Nesse sentido há que antecipar ao máximo as consequências e implementar medidas que minimizem o impacto no sector.

A FENAREG subscreve as medidas propostas pela CAP, reforçando e destacando a relevância das seguintes medidas para o regadio, que contribuem para a diminuição dos custos de produção:

- **Implementação da sazonalidade nos contratos de eletricidade**, reduzindo custos fixos da fatura provenientes de rendas, impostos e taxas e eliminando a injustificada taxa audiovisual. A FENAREG, nesse sentido, propõe:
 - Possibilidade de modificar taxa de potência contratada duas vezes ao ano;Ou, em alternativa
 - Pagar pela potência real registada e não pela teórica contratada.

Espanha avançou já com medidas nesse sentido para a agricultura, tal como em França, sendo importante o Governo Português criar as mesmas condições para o nosso regadio.

Outras medidas também a implementar para reduzir a fatura e o consumo de energia, reduzir as emissões e contribuir para a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água para rega, são:

- Programa para substituição das fontes de energia convencionais por renováveis nas explorações de regadio.
 - Reforço de ações de eficiência energética, com programa específico para o sector do regadio.
- **Anular o pagamento da TRH no sector agrícola**, atendendo ao impacto desta taxa na determinação dos preços da água e a sua repercussão nos fatores de produção do sector agrícola. Evidenciamos que esta taxa não é aplicada em nenhum outro Estado-Membro, sendo penalizadora para a agricultura portuguesa. Recordamos a importância desta medida, que em 2012 foi adotada a isenção da TRH para mitigação dos efeitos da seca;

Identificamos ainda as seguintes **medidas relevantes** para o regadio:

- **Implementar linha de crédito especial**, devidamente adaptada às Associações de Regantes e aos agricultores dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, para dar resposta à falta de liquidez, em cada momento, perante a crise que se atravessa e, em algumas regiões, agravada ainda pelos anos de seca consecutivos.
- **PDR2020 – Operação 3.4.2 “Melhoria da eficiência dos regadios existentes”, antecipar ao máximo a abertura do aviso previsto da para estudos**, assim que houver condições e forem levantadas as restrições do estado de emergência. Existindo overbooking deve ser reforçada a dotação deste aviso (previsto de 6M€) e avançar com o processo de consulta dos critérios de seleção do aviso previsto, no qual a FENAREG se posiciona como parceiro relevante a ser consultado.
Propomos ainda a abertura de novo aviso da 3.4.2 para pequenas empreitadas que permitam melhorar a eficiência dos regadios existentes, que seja possível executar até final do quadro comunitário de apoio.
Existem também projetos aprovados da 3.4 que necessitam de reforço de verbas, devendo o overbooking ser direcionado para esse efeito.
- **Alqueva:**
 - **auxiliar os agricultores no acesso à água, fazendo cumprir a função de Alqueva, de mitigar a seca, viabilizando o preço da água para reforço às albufeiras dos perímetros de rega preexistentes**, minimizando a perda de culturas nesses perímetros de rega e o impacto financeiro dos 5 anos consecutivos de seca, agravados agora pela atual situação de emergência. Defendemos fixar período de carência para a campanha de rega 2020, com **escalão do preço da água nos 0,016 €/m³** para o reforço dos Aproveitamentos Hidroagrícolas preexistentes.
 - **No abastecimento de água de Alqueva aos perímetros de rega preexistentes**, estamos em pleno mês de abril e, apesar dos pedidos realizados com a devida antecipação por parte das Associações de Regantes, repetem-se as mesmas preocupações que existiram em 2017. Está em **risco a garantia nas transferências dos volumes necessários para os aproveitamentos preexistentes**, devido à falha na antecipação da regulação da rede primária através do armazenamento de Alvito, tendo em conta a capacidade de transporte do sistema, e na operacionalidade da capacidade de bombagem na EE Álamos. Nesse sentido, e para um **acompanhamento da situação nesta fase delicada, propomos a realização de reuniões quinzenais ou semanais (com a frequência adequada), da EDIA com as Associações de Regantes dos perímetros de rega preexistentes** para o acompanhamento da gestão de transferência de água entre as diferentes albufeiras (quantidades que estão a ser fornecidas e as respetivas previsões). A oportuna reunião do CAR Alqueva, que estava prevista para Outubro, mas que não se realizou, poderia ter previsto alguns destes problemas mas só reuniu no final de março.
 - Estando a terminar, no final deste ano 2020, a concessão da gestão da rede secundária à EDIA e no seguimento das situações acima referidas, entendemos haver decisões ao nível da exploração e da gestão dos recursos hídricos em que as

Associações de Regantes querem e devem estar envolvidas. Deverá aproveitar-se esta oportunidade para equacionar a possibilidade de alteração do modelo estatutário da EDIA no sentido de uma sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, **na qual participariam, para além do Estado, as diversas entidades gestoras das redes secundárias e os representantes dos grandes utilizadores de água de Alqueva.**

- Reforçamos ainda a necessidade de **acelerar as ligações de Alqueva às albufeiras já identificadas como urgentes**, nomeadamente Monte da Rocha, Vigia e Fonte Serne e a ligação direta das ETA's ao sistema de distribuição do EFMA, diminuindo as pressões sobre o uso e aumentando as disponibilidades de água para os restantes usos.
- Além destes pontos e em termos globais, também há que **retirar à agricultura o ónus de suportar custos** que, na realidade, deveriam ser **partilhados** por todos os utilizadores (os outros usos) do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Coruche, 17 abril 2020